

Apresentação do Dossiê

Volume 7, Número 13, janeiro/junho de 2020

Pesquisas sobre Capitâneas do Norte do Estado do Brasil vêm ocorrendo com maior vigor desde fins do século passado, principalmente pelo aporte documental oriundo do Projeto Resgate Barão do Rio Branco, que organizou os documentos referentes à colônia portuguesa na América e no domínio do Império português no ultramar, presente no Arquivo Ultramarino em Lisboa. Este levantamento democratizou o acesso a uma documentação prioritariamente ligada a administração que ensejou um *boom* nas áreas de História das Instituições, História Social, Política e afins, além de possibilitar abordagens seriadas que permitiram lançar um olhar mais embasado sobre os enquadramentos jurisdicionais, político-administrativos, prosopográficos, dentre outros. Mas não só, ações de organização de arquivos cartoriais e paroquiais no sertão e capitais do Nordeste, ou da revisitação aos acervos dos arquivos dos Institutos Históricos da região ampliaram as possibilidades interpretativas revelando as faces do viver e morrer nas plagas do território das Capitâneas do Norte.

Entrementes, a criação e consolidação de pós-graduações no Nordeste cujo fruto foi a produção de grupos e núcleos de pesquisas que contribuíram para a diversificação de estudos e publicização dos trabalhos em eventos científicos¹, fiam os artigos que compõem este dossiê. Dos assuntos contemplados, o leitor vai encontrar tópicos que abrangem desde apresentações de fontes históricas e formulações conceituais a análises sobre jurisdições, governanças e trajetórias.

Carmen Alveal e Thiago Alves Dias, em um artigo intitulado “*Por uma história das Capitâneas do Norte: questões conceituais e historiográficas sobre uma região colonial no Brasil*”, propõem, a partir das análises de estudos pioneiros e de teses recém defendidas, que o espaço que compunham as chamadas Capitâneas do Norte do Estado

¹ Podemos ressaltar: o Grupo de Pesquisa Estado e Sociedade no Nordeste Colonial da UFPB/2005-09, que produziu, em 2006, o I Encontro Nordestino de História Colonial, do qual germinou, em 2008, o II Encontro Internacional de História Colonial, sediado em Natal e que se consolidou como evento internacional bianual: Recife 2008, Belém 2010, Alagoas 2012, Recife 2014, Salvador 2016, Natal 2018, está programado para Recife o encontro 2020; O Núcleo de Estudos Impérios Coloniais, UFRPE 2013; o Núcleo de Estudos do Mundo Atlântico UFPE/2013 (esses dois últimos núcleos são os responsáveis pelo I Seminário Mundos Atlânticos 2013, o II Encontro Novos Caminhos para a História (2017), o III Encontro Nacional Impérios Atlânticos e suas Dinâmicas Históricas (2018), e o IV Encontro Nacional Histórias Atlânticas: Conexões/Reconexões (2019); Destaca-se também a atuação do LEHS - laboratório de experimentação em história social da UFRN na coordenação do Encontro de Pesquisadores da Rede de Experimentação em História Social, em 2012, e os Encontros Coloniais II, em 2014, e o III, em 2016.

Brasil, devem ser compreendidas como um todo geopolítico regional, que se consolidou através de um dinâmico rearranjo de poderes jurisdicional, militar e fazendário centrado no eixo Olinda-Recife. Do ponto de vista cronológico, os autores restringem o uso do termo da tal configuração espacial, ou seja, as Capitanias do Norte, a um recorte muito preciso, entre o *post bellum* até a Revolução de 1817. Na sequência, Bruno Romero Ferreira Miranda apresenta um roteiro dos fundos documentais, no Brasil e no estrangeiro, principalmente neerlandês, que tem norteado os trabalhos mais recentes sobre a história da ocupação holandesa no norte do Brasil. Ocupa-se, também, em referenciar importantes obras do período, revelando o que há de mais novo sobre o tema, mas sem deixar de prestar homenagem aos cânones como Pieter Marinus Netscher, José Antônio Gonsalves, C. R. Boxer, Evaldo Cabral, entre outros. O artigo mostra-se de grande valia tanto para aqueles que se iniciam na lide da produção historiográfica como para historiadores maduros, pois ambos passam a ter às mãos informações preciosas, compostas por fundos arquivísticos importantíssimos, muitas delas já devidamente disponíveis através da internet.

No âmbito das trajetórias, o artigo de Maria Eduarda Brandão e Mozart Vergetti de Menezes retoma os debates em torno das redes mercantis formadas por cristãos-novos, que se alargou de modo transatlântico, para reconstituir a trajetória de Ambrósio Fernandes Brandão, mais conhecido como suposto autor de *Diálogo das Grandezas do Brasil*, visando pensar a ação do indivíduo e suas condições diaspóricas entre mercados, guerras e mercês. Destarte, ilustra não somente como decorriam as trocas à longa-distância mas, também, como se encontravam no bojo desse processo, uma elite ultramarina capaz de traçar estratégias de mobilidade social através do patrocínio, matrimônios com nobrezas locais e outros meios. Seguindo abordagem similar, Yan Bezerra de Moraes e Larissa Daniele Lacerda, em “*Viver, possuir e morrer no sertão do Piancó (Capitania da Paraíba, século XVIII)*”, narram a trajetória de vida ascendente do alferes Pedro Soares da Silva, do litoral até a Povoação de Nossa Senhora do Bom Sossego, sertão do Piancó. Trabalhando cuidadosamente o geral e o particular na correspondência entre a produção historiográfica e o uso de fontes cartoriais e paroquiais, os autores descortinam aspectos da cultura material sertaneja, percebendo como se dá a ampliação de atividades econômicas - no incipiente mercado interno do período - pela via dos procuradores ou de agentes mercantis e dos homens pertencentes aos corpos de ordenanças, bem como dos sentidos das alianças matrimoniais e de parentesco nas

transitoriedades pelos sertões e, mais amplamente, dos comportamentos e das rotinas do cotidiano colonial.

Sobre a questão da governança e jurisdições, o artigo de Jeannie da Silva Menezes se pauta numa reflexão sobre o alargado exercício jurisdicional dos juizes das ouvidorias do Norte do Estado do Brasil em suas múltiplas tarefas administrativas, enfatizando o papel dos juristas na interpretação ou definição deste exercício. Everton Rosendo Santos, no artigo: “O governo das armas: a administração dos terços auxiliares e ordenanças na Capitania de Pernambuco e a organização militar da Comarca de Alagoas (c. 1729-c. 1759)”, analisa, a partir das Instruções Régias destinadas aos corpos militares na área de influência dos generais governadores de Pernambuco, as mudanças no sistema defensivo na Comarca de Alagoas. Tal análise, permitiu, além da compreensão na reestruturação organizacional dos corpos de ordenanças e auxiliares – levados a cabo pelos deslocamentos territoriais de oficiais agraciados por patentes –, perceber a mobilidade e preeminência social desses indivíduos que passaram a ocupar ofícios de caráter administrativo nos territórios agora fixados.

Discorrendo sobre a formação da *Nobreza da Terra* na Capitania do Rio Grande (1660-1760), Kleyson Bruno Chaves Barbosa pensa a inserção e atuação deste estrato na governança local. Partindo do método prosopográfico aplicado à documentação deixada pela Câmara de Natal, observa uma nobreza local forjada à luz do *postbellum*, como produto direto da *Guerra dos Bárbaros*, que se pauta nos discursos dos feitos e serviços em prol de privilégios e agraciamento por mercês, ao mesmo tempo, envolvendo-se em celeumas políticas com os Capitães-mores à frente da Capitania, utilizando de suas redes clientelistas e laços verticalizados para perpetuação do poder. Neste mesmo íterim, em “Os ouvidores régios e os poderes locais no Ceará setecentista”, Reinaldo Forte Carvalho, discute, com base na Nova História Política, alguns cenários de conflitos e desmandos no imbricado jogo de poderes entre agentes da justiça, representantes administrativos, governadoria geral de Pernambuco e potentados locais na Capitania do Ceará. Capta, de maneira interessante, nas substituições dos ouvidores do Ceará, os arranjos políticos postos em ação pelos tais potentados para manutenção da sua hegemonia na governança local frente aos dispositivos normativos da administração central Portuguesa.

Encerra esse dossiê dois trabalhos postados na Sessão de Documentos. O primeiro trabalho trata da transcrição da Carta de Mercê do Ofício de Escrivão da Feitoria de Malaca Concedida por D. Filipe I a Ambrósio Fernandes Brandão, presente na Chancelaria Real, hospedada pelo Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT). O

documento veio à tona por meio das pesquisas de *Maria Eduarda de Medeiros Brandão* e *Mozart Vergetti de Menezes* e oferece informações até então inéditas, acerca da trajetória do mercador cristão-novo mais conhecido como o suposto autor de *Diálogo das Grandezas do Brasil*. Na sequência, temos o trabalho de Tiago Nascimento Torres de Paula, que apresenta as transcrições dos testamentos das senhoras Joana da Rocha, Januária da Rocha e Ana Ferreira Miranda, produzidos na freguesia de Nossa Senhora da Apresentação, termo da Cidade do Natal, entre os anos de 1767-1786. Os documentos narram, sobretudo, acerca do rústico cabedal declarado por mulheres católicas no apagar das luzes do século XVIII.

Além do dossiê sobre as Capitânicas do Norte, esse número da revista nos brinda também com oito artigos livres. Repleta de multiplicidades e enfoques diferenciados os artigos desta sessão possibilitam vislumbrar o amplo espectro das possibilidades da escrita da história. Roberto Biluczyk, recupera o debate dos monarquistas e parlamentaristas no Plebiscito sobre a Forma e o Sistema de Governo que foi aprovado na Assembleia Nacional Constituinte de 1988; Maria Jorge dos Santos Leite e Franciel Coelho Luz de Amorim, estudam o fenômeno da seca no Nordeste e as ações dos órgãos do Estado entre as décadas de 1960 a 1990; Maria do Rosário da Silva, aborda a construção do conceito Cultura Popular, através dos textos publicados em periódicos que circularam na cidade de Caruaru, Agreste pernambucano, entre as décadas de 1960 e 1970; Josevane Francisco da Silva, levanta as discussões que transformaram, entre os anos de 1971 a 1973, a Casa de Detenção de Recife, complexo penitenciário que funcionou durante 118 anos, em Casa da Cultura; Helena Azevedo Paulo de Almeida, reflete sobre as formulações depreciativas acerca da identidade indígena na obra de Adolfo de Varnhagen, mais precisamente na sua “História Geral do Brasil”; Claudia Laurido Figueira e Benedito Tadeu dos Santos, discutem, através da metodologia da História Oral articulada a leitura de João Daniel, Herbert Smith, Câmara Cascudo e Nunes Pereira, os significados religiosos na Festa do Sairé, para analisar a relevância da mulher como condutora do símbolo e discutir os elementos da cultura indígena no ritual, concluem, enfim, que a Saraipora e o símbolo do Sairé representam elementos da cultura Borari ressignificados na Festa do Sairé; Marcos Antunes Kopstein e Marcio Tascheto da Silva, objetivam interligar e estimular o ensino de História, em particular o ensino de História Medieval, com o fomento à leitura de um clássico da ficção científica, no caso, a obra, “Duna” de Frank Herbert; e, finalmente, o artigo de Augusto César Acioly Paz Silva, que analisa o processo de formação e alguns artigos da Revista PELEJA, buscando

entender os interesses que se encontravam expressos no universo acadêmico da Faculdade de Formação de Professores de Arcoverde (FAFOPA), no Agreste pernambucano, entre os anos de 1979 à 1984.

Desejamos a todos e todas uma boa leitura...

João Pessoa / Recife, em contatos remotos em tempo de pandemia pela Covid-19.

Mozart Vergetti de Menezes

Jeannie da Silva Menezes